

REVISÃO SISTEMÁTICA DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL RELACIONADA AOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA

Ana Luize Correa – analuizec@gmail.com

Mestrado Acadêmico - Esag/Udesc

Marcello Zappellini – marcellozapelini@gmail.com

Mestrado Acadêmico – Esag/Udesc

RESUMO

A economia comportamental vem ganhando espaço na análise de políticas públicas, principalmente por trazer novas alternativas de instrumentos e pela necessidade de considerar o aspecto comportamental. Diante disto, o objetivo desta revisão sistemática é investigar como a economia comportamental está sendo aderida nos estudos sobre os instrumentos de política pública. A busca por artigos foi feita nas bases Scopus, Web of Science, EBSCO Host, ProQuest e Emerald e encontrou 35 trabalhos que se enquadram no escopo e nos critérios de seleção. A análise é feita de forma qualitativa e quantitativa. Conclui-se que grande parte dos trabalhos se atêm à utilização do *nudge*, são da área ambiental e foram publicados nos últimos 12 anos. Este resultado mostra que a economia comportamental poderia ser mais explorada como base teórica das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Instrumentos de Política Pública, Economia Comportamental, *Nudge*

1. INTRODUÇÃO

A política pública envolve vários contextos: o social, o institucional, o sociológico e o econômico, entre outros (BIRKLAND, 2015). Como objeto de estudo, é profundamente ligada à ciência política, e mesmo tendo atingido o *status* de uma disciplina de estudo somente no século XX, compartilha com sua irmã o desafio milenar de conciliar a política e a sociedade.

Neste sentido, por volta de 1950, Harold Lasswell teve papel importante ao visionar a política pública como um campo multidisciplinar e social-científico, gerado para ajustar as práticas democráticas à realidade da emergente sociedade tecno-industrial (FISCHER, 2007).

No entanto, a análise atual tomou uma orientação muito mais empírica e voltada para práticas gerenciais. Em contraste com a metodologia multidisciplinar, sua estrutura se tornou neopositivista, dominada pela influência das Ciências Econômicas, assim como as teorias de conhecimento que dominam as ciências sociais (FISCHER, 2007). Ainda assim, é preciso se

ter em mente que não importa a forma de abordagem: a *policy science* pode ser encarada como uma só, uma ciência que deve fornecer *insights* e meios de avaliar políticas (BROOKS, 1987).

Stone (2012) acrescenta que o campo da política pública é dominado pela economia no seu modelo da sociedade como um mercado, no qual as relações dos indivíduos consistem inteiramente em negociar para maximizar o bem-estar individual. Esta descrição, porém, é insatisfatória visto que os indivíduos vivem em redes de relacionamento, dependências e lealdades, nas quais muitas vezes se importam mais com os outros do que consigo mesmo ou com os interesses públicos ao invés dos individuais. De maneira similar, Etzioni (1991) lembra que as pessoas não são movidas somente por interesses próprios, mas também por considerações morais – e a ciência da política pública deve incorporar estas.

Para Bhargava e Loewenstein (2015), a estrutura da teoria econômica é útil para a análise de políticas públicas, porém a abordagem tradicional, que assume a racionalidade plena e indivíduos perfeitamente informados, deixa de lado muitos potenciais problemas comportamentais. Por exemplo, a técnica de análise custo-benefício é muito utilizada na análise de políticas públicas, aonde é vista como um “sinônimo” de boa análise por economistas e uma grosseira manipulação do discurso político por filósofos políticos (WEIMER, 2008).

Por ser um campo novo, somente agora alguns fundamentos passaram a ser realmente entendidos e debatidos (BIRKLAND, 2015). Uma dessas críticas advém das teorias que questionam a concepção de *homo economicus* adotada pelas políticas públicas. Exemplificando este contraponto, Barcelos (2015) cita as abordagens sintéticas que consideram atores realizando cálculos de perdas e ganhos para agir estrategicamente, e as abordagens pós-empiricistas, cuja ênfase no discurso consideram que as ideias conformam a ação dos atores sociais.

Outra grande contribuição para incluir o aspecto comportamental na análise das políticas públicas foram os estudos de Herbert Simon na década de 1950. Simon (1995)

argumentou que as pessoas têm motivos para suas ações, mas raramente estes são os “melhores” motivos. Levando em conta as limitações cognitivas, a falta de informações, mal julgamento e análise das consequências, desenvolveu a teoria da racionalidade limitada.

Dessa forma, a concepção de racionalidade evoluiu e trouxe o comportamento para a posição de componente chave para os estudos de administração e políticas públicas. Mais recentemente, a abordagem vem sendo usada para entender as motivações políticas, os conceitos de atenção, hábito, rotina e identificação organizacional (JONES, 1998).

Como resposta às evidências levantadas pela teoria da racionalidade limitada, muitos cientistas da área de políticas públicas começaram a incorporar elementos desta teoria em modelos políticos e econômicos de tomada de decisão. A saber, a teoria do prospecto de Kahneman e Tversky vem sendo utilizada para entender a política de tomada de decisões internacional. Economistas financeiros também estão incorporando modelos baseados em atalhos, emoções e contágio para entender grandes pulos de comportamento no mercado de ações (JONES, 1998).

Outra alternativa teórica adotada pelos *policymakers* é a Economia Comportamental, derivada da teoria da racionalidade limitada exatamente pelo fato de reconhecer as limitações humanas e suas consequências. Enquanto na economia tradicional as soluções são baseadas na presença de externalidades, a economia comportamental prescreve estratégias e uma racionalidade voltada às “internalidades” (BHARGAVA; LOEWENSTEIN, 2015).

É fato que a teoria econômica tem sido uma das perspectivas dominantes na política pública. Não obstante, a ascensão da Economia Comportamental, em particular das políticas baseadas em “*nudges*” (popularizados por Thaler e Sunstein, 2009), proporcionou um grande sucesso e um bem-vindo contrapeso, classificando problemas e solução em termos do comportamento (LOEWENSTEIN; CHATER, 2017). De acordo com Thaler e Sunstein (2009), *nudge* é qualquer aspecto da arquitetura de escolha que pode alterar o comportamento das

pessoas de uma forma planejada, sem proibições ou alterações dos incentivos econômicos, definição que ajuda a entender a razão pela qual o termo vem se disseminando nas políticas públicas.

Em vista destes fatos, esta revisão pretende investigar como a economia comportamental está sendo aderida nos estudos dos instrumentos de política pública. O objetivo é analisar a disseminação e repercussão dos trabalhos desse assunto e quais os temas e teorias da abordagem da economia comportamental são mais utilizados.

2. A ECONOMIA COMPORTAMENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Economia Comportamental - EC - é o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais no comportamento econômico dos indivíduos. A EC utiliza uma experimentação inspirada na psicologia, absorvida de uma relação nem sempre fácil entre esta e a economia, para desenvolver teorias sobre a tomada de decisão de forma mais realista. (HEUKELOM; 2014, SAMSON; 2015)

As ideias da EC vêm sendo aplicadas em várias esferas, do setor privado e público, mas uma maior atenção foi dada às Políticas Públicas quando, em 2008, os pesquisadores Richard Thaler e Cass Sunstein, autores do livro *Nudge*, participaram da formulação de políticas governamentais nos Estados Unidos e em 2010, após o Reino Unido montar uma unidade especial para aplicação de teorias da EC, o “*Behavioural Insights Team*” (BIT) (SAMSON; 2015).

Neste sentido, a virada para este olhar comportamental no *policy-making* aconteceu seguida a publicação de “*Nudge*”, por Thaler e Sunstein em 2008. Como o entendimento da tomada de decisão é a base desta abordagem, a Política Pública, por conseguinte, passou a ser

a forma de modificação da arquitetura de escolha individual (CODAGNONE; BOGLIACINO; VELTRI; LUPIAÑEZ-VILLANUEVA; GASKELL, 2014).

Para compreender melhor o funcionamento dos *nudges* nas políticas públicas, Thaler e Sunstein (2009) usam o conceito de paternalismo libertário. Esta é uma estratégia paternalista porque prega que o governo deve intervir para influenciar o comportamento das pessoas para que elas sejam mais felizes, saudáveis e vivam mais, ou seja, com vista ao aumento do bem-estar. Entretanto, mantém o aspecto libertário por defender que, em geral, as pessoas devem ser livres para fazer o que querem.

O paternalismo libertário é relativamente fraco, suave e não intrusivo, além de precisar ser transparente para ser considerado como tal, visto que as escolhas não são fixadas, coercivas ou bloqueadas. Assim, na política pública, seria uma forma de direcionar os indivíduos a boas tomarem decisões nos momentos em que, sozinhos, não conseguiriam fazer de forma melhor (THALER; SUNSTEIN, 2009).

3. MÉTODO

Para melhorar o relato da revisão sistemática, utilizou-se o guia PRISMA (MOHRER, 2015), que consiste em um *checklist* com 27 itens e um fluxograma de quatro etapas cujo objetivo é aumentar a qualidade da pesquisa e evitar possíveis vieses.

As palavras-chave foram definidas após uma pesquisa inicial exploratória, em que foram analisados os resumos dos artigos mais relevantes em uma busca nas bases Scopus, Web of Science, EBSCO Host, ProQuest, Emerald, Scielo, Project Muse, Spell e Portal Capes, partindo dos termos mais abrangentes, “política pública” e “economia comportamental”, até se chegar aos três componentes da análise: i) *política pública*, que é o objeto principal de estudo; ii) *economia comportamental*, representando a base teórica para a análise do objeto de estudo;

iii) *instrumentos de política pública*, como o ponto no qual a economia comportamental possui aderência nos estudos sobre política pública. Assim, os descritores foram definidos conforme o quadro 1:

Quadro 1: Descritores da busca sistemática

Palavras-chave	Sinônimos	Termos de busca
Public Policy	Public Policy, Policy, Policies, Política (s) Pública (s).	("public policy" OR "polic*" OR "politic* public*")
Behavioral Economics	Behavioral Economics, Economia Comportamental.	("behavio* economi*" OR "economia comportamental")
Policy Instrument	Policy Instruments, Instrumento (s) de Política (s) Pública (s).	("polic* instrument*" OR "instrument* de politic* public*")

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seleção das bases foi feita seguindo dois critérios: referência e número de resultados. Primeiro buscou-se as bases de maior referência em ciências sociais aplicadas e depois foram utilizadas somente aquelas que tiveram mais de 5 resultados na pesquisa. Por fim, foram selecionadas as bases Scopus, Web of Science, EBSCO Host, ProQuest e Emerald. Na maioria das bases, foram utilizados os mesmos termos de busca, mas com pequenas alterações no *string* devido às especificidades de cada sistema de pesquisa.

Em relação aos critérios de elegibilidade, utilizou-se como filtros de idioma “inglês ou português”, somente artigos publicados e com data máxima de publicação 31/12/2017. O quadro 2 apresenta o resultado da pesquisa nas bases e a amostra final após os filtros.

Quadro 2: Procedimentos da busca sistemática de artigos

Etapas	Número de Artigos	
Coleta Bases de Dados	Scopus	14
	Web of Science	16
	EBSCO	9
	ProQuest	81
	Emerald	27
	Total	147
Filtros	Não duplicados	109
	Selecionados após leitura dos títulos e resumos	41
	Amostra após leitura completa	35

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram encontrados 147 artigos, totalizando 109 após a exclusão dos duplicados. Todos os artigos desta seleção foram encontrados em suas respectivas bases para leitura e análise da revisão. O gerenciador de referências *Mendeley* foi utilizado como ferramenta para importação dos resultados, verificação da existência dos artigos e exclusão dos duplicados.

A segunda etapa da seleção da amostra foi a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave para a eliminação dos estudos fora do escopo desta análise. Neste filtro, foram selecionados 41 artigos, restando 35 após a leitura completa.

Para elaborar a revisão bibliométrica, os dados foram exportados para uma matriz do Excel contendo as seguintes informações: título, autores, resumo, ano, revista, palavras-chaves, tipo do artigo (teórico ou empírico), definição do tema, número de citações e país de afiliação universitária. A análise quantitativa é uma estatística descritiva destes dados levantados. Também se procedeu à análise qualitativa dos artigos para interpretação dos trabalhos com o objetivo de entender como os assuntos políticas públicas e seus instrumentos se relacionam com a economia comportamental.

4. RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA COMPORTAMENTAL NA AMOSTRA

Um dos objetivos deste artigo é analisar como a teoria da economia comportamental está sendo aplicada nos estudos sobre política pública. Nesta seção, será analisada a relação entre os termos da busca, os temas, e qual a abordagem mais utilizada da economia comportamental.

A primeira constatação é que nem todos os artigos falam somente sobre políticas públicas, especificamente. Muitos trabalhos focam na economia comportamental e trazem os estudos das políticas como a aplicação da teoria. Da amostra, 15 têm foco em políticas públicas,

mas 10 são de economia comportamental. Além disso, outros 7 artigos explicam um comportamento e 3 o funcionamento do mercado. Esse resultado é a primeira evidência que não só os pesquisadores da área de políticas públicas estão relacionando estas áreas de estudos. O quadro 3 mostra os artigos separados pelo foco de estudo.

Quadro 3: Artigos por foco do estudo

Foco do artigo	Artigos
Foco em instrumentos de P.P.	Al-Saleh & Mahroum (2015); Hilton, Charalambides, Demarque, Waroquier & Raux (2014); Kallbekken, Westskog & Mideksa (2010); Croson & Treich (2014); Goldin & Lawson (2016); Pellerano, Price, Puller & Sanchez (2017); Ebeling & Lotz (2015); Mantovani & Vergari (2017); Pedersen, Nielsen, Christensen & Hasler (2012); Ewert (2017); Deeming (2016); Peeters, & Schuilenburg (2017); Leong (2016); Grubb, Hourcade & Neuhoff (2015); Thampapillai, Ohlmer & Tiong Lim (2005)
Foco na economia comportamental	Bhargava & Loewenstein (2015); Reisch & Min (2017); Gsottbauer & Van den Bergh (2011); Valatin, Moseley & Dandy (2016); Goeschl & Perino (2012); Lehner, Mont & Heiskanen (2016); Loewenstein & Charter (2017); Reeson & Tisdell (2010); Anand & Lea (2011); Greene (2010)
Foco no comportamento	Earnhart & Friesen (2013); Dahl (2010); Grunert, Shepherd, Traill & Wold (2012); Preston (2012); Moran, Lucas & Barnes (2013); Gorgitano & Sodano (2014); McCann (2013)
Foco no mercado	Timmer (2012); Willett (2010); Reisch, Eberle & Lorek (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a forma que a abordagem da economia comportamental é utilizada nos estudos de política pública, em 16 artigos a teoria explica os aspectos comportamentais, 10 trazem *insights* sobre economia comportamental e aplicações nas públicas e 9 mostram somente as aplicações.

Além disso, ao relacionar economia comportamental com os instrumentos de política pública, verifica-se que 16 artigos apresentam alternativas aos instrumentos tradicionais ou para os fazer funcionar melhor. Outros 19 falavam sobre a necessidade de considerar o aspecto comportamental.

Sobre o método da economia comportamental que é mais utilizado, 20 artigos falam sobre temas variados ou não especificam a estratégia. Porém, 15 artigos falam sobre o *nudge*, representando 43% da amostra. Deste número, 4 não utilizaram o termo “*nudge*”, mas descreviam sua teoria. Considera-se *nudge* as abordagens que guiam as pessoas a determinadas direções, que provavelmente não seguiriam sozinhas, a fim de aumentar o bem-estar, mas

preservando a liberdade para que possam escolher seu próprio caminho (THALER; SUNSTEIN, 2009).

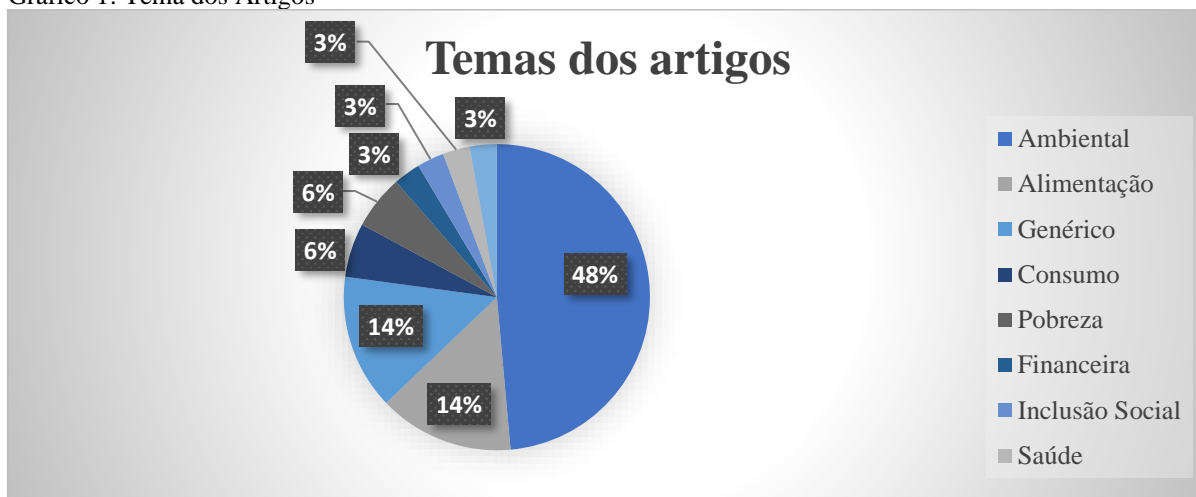
Sobre a grande disseminação do *Nudge* na política pública, Loewenstein e Chater (2017), em “*Putting Nudges in perspective*”, preocupam-se com a popularidade desta teoria e com possíveis consequências não intencionais, visto que a economia comportamental tem diversas implicações na área e o *nudge* é apenas uma.

Entretanto, destes 15 trabalhos, 3 criticam o *Nudge* na política pública. No trabalho supracitado de Loewenstein e Chater (2017), os autores alertam sobre a limitação da economia comportamental a esse tema. Ewert (2017), em “*Promoting health in schools: Theoretical reflections on the settings approach versus nudge tactics*”, nega a eficiência do *nudge* em políticas de alimentação saudável defendendo que ele se baseia em generalizações. Em “*Rethinking Social Policy and Society*”, Deeming (2016) levanta que esta teoria é neoliberal e na questão da inclusão social na Austrália se preocupa só com meios e fins, deixando de lado a ética.

Sobre a temática dos artigos, 48% são da área ambiental. Percebe-se que esta área possui um campo específico na economia chamado de Economia Ambiental. O artigo utilizado na amostra, “*Behavioral Environmental Economics: Promises and Challenges*”, de Croson e Treich (2014), sugere que estudos do meio ambiente são muitas vezes associados com fortes sentimentos morais e assuntos complexos. Essas questões aproximam este campo da economia aos estudos da racionalidade limitada e, por consequência, à economia comportamental.

Os 52% restantes dos trabalhos estão divididos em 8 temas. “Alimentação” aparece em 14% dos artigos, outros 14% não especificam a área e são classificados como “Genérico” no gráfico 1, consumo e pobreza representam 2% cada e os outros 4 temas aparecem divididos em outros 4 artigos, ou seja, 3% do total para cada um.

Gráfico 1: Tema dos Artigos



Fonte: Elaborado pelos autores.

5. RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS

Esta revisão analisou uma amostra contendo 35 artigos que foram escritos por 35 autores, 42 coautores, afiliados a instituições de 14 países diferentes, 24 revistas e que se estenderam por um período de 12 anos. Todos os trabalhos foram publicados em inglês, não sendo encontrado nenhum em português, que era a outra língua dentro do critério de inclusão.

Nesta análise, verificou-se outra evidência para a diversidade de áreas e assuntos que se relacionam com políticas públicas e econômica comportamental: a quantidade de autores diferentes. Todos os artigos tiveram autores principais diferentes e dos 75 pesquisadores ao total, somente 2 publicaram duas obras cada, sendo eles George Loewenstein da Carnegie Mellon University e Lucia A. Reisch da Copenhagen Business School.

Esses 35 autores principais são afiliados a instituições de 14 países diferentes, a maior concentração é dos Estados Unidos, seguidos por Reino Unido, Dinamarca e Alemanha, conforme tabela 4.

Tabela 4: Número de artigos por país de afiliação do autor principal

País	Nº de Artigos	País	Nº de Artigos
Estados Unidos	9	Emirados Arábes Unidos	1
Reino Unido	7	Espanha	1

Dinamarca	4	França	1
Alemanha	3	México	1
Itália	2	Noruega	1
Singapura	2	Republica Dominicana	1
Australia	1	Suécia	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação aos veículos de publicação, os artigos são vinculados a 24 revistas diferentes. O *journal* “*Environmental and Resource Economics*” é o que concentra mais trabalhos, totalizando 6. Este resultado é consistente, sendo que a área ambiental é o tema de maior repercussão. Outras 6 revistas têm 2 publicações cada e o restante apenas 1.

Para medir a repercussão dos artigos, foi analisado o número de citações. O gráfico 2 mostra uma linha com o número de citações de cada artigo. Verificou-se que 82,86% têm menos de 50 citações, 8,57% têm de 50 a 100 e 8,57% têm mais de 100. O artigo com mais citações (233) é “*Sustainable food consumption: an overview of contemporary issues and policies*” de Reisch, Eberle e Lorek (2013), seguido por “*Transaction costs and environmental policy design*” de MacCann (2013) e “*Early teen marriage and future poverty*” de Dahl (2010), com 199 citações cada.

Gráfico 2: Número de citações por artigo



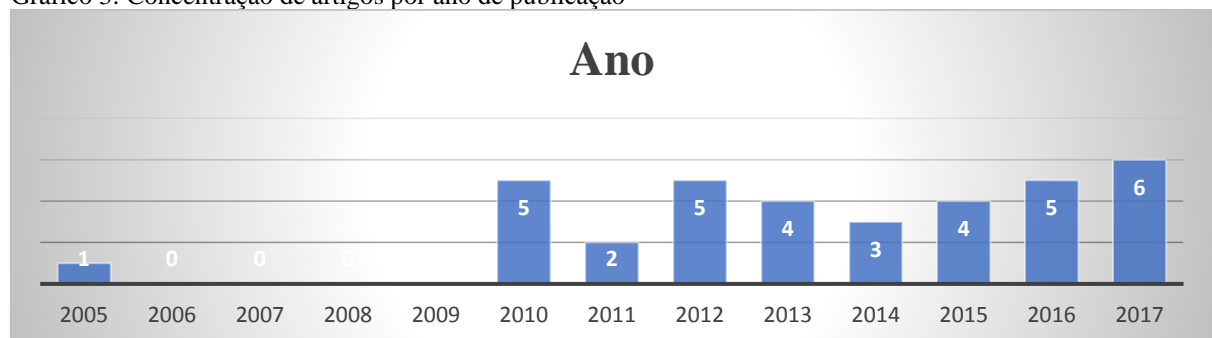
Fonte: Elaborado pelos autores.

Os artigos desta amostra foram publicados dentro de um período de 12 anos, de 2005 a 2017. Entretanto, conforme apresentado no gráfico 3, em 2005 foi publicado um artigo, “*Towards a conceptual framework in unitary economics: An extension of a proposition after John O'Brien*” de Thampapillai, Ohlmer e Tiong Lim (2005), e só depois de 5 anos novos trabalhos foram lançados.

De acordo com Loewenstein e Chater (2017), em 2003 dois grupos de economistas publicaram artigos que começaram a colocar a economia comportamental em voga. Um grupo de economistas nomeou o trabalho como “*Regulation for Conservatives*” (CAMERER et al., 2003) e o outro como “*Libertarian Paternalism*” (THALER; SUNSTEIN, 2003). A inspiração veio de Matthew Rabin, em uma convenção de 1997, porém só em 2008 Thaler e Sunstein publicaram o livro “*Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*”, que até hoje já vendeu mais de 750 mil cópias (THALER; SUNSTEIN, 2009).

Levando em conta estes acontecimentos da área científica, pode-se inferir que a teoria só teve maior aceitação na área acadêmica após a repercussão do livro, que trouxe o assunto para mídia e população em geral.

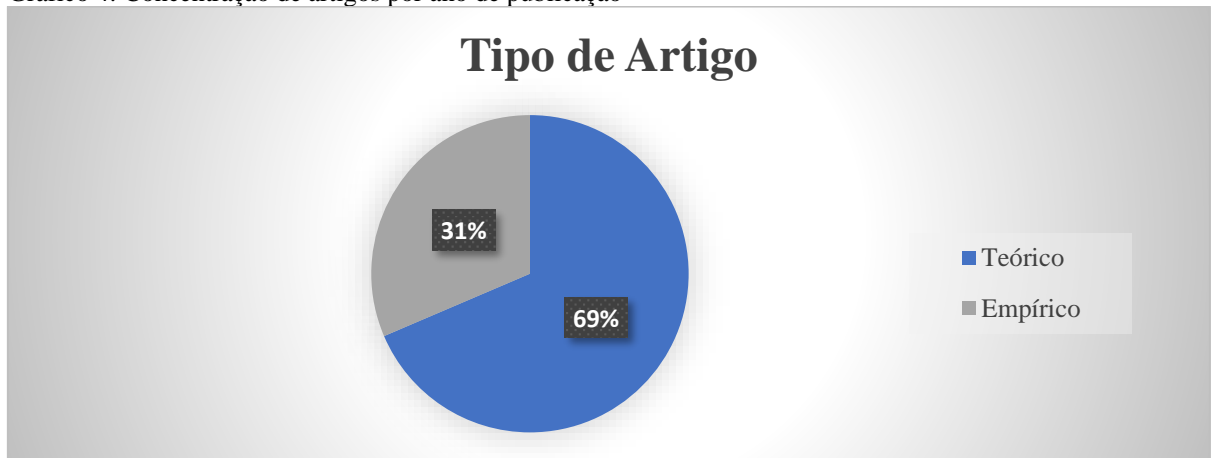
Gráfico 3: Concentração de artigos por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar da economia comportamental oferecer diversas formas para experimentação em estudos, 69% dos artigos da amostra eram teóricos. Todavia, levando em conta que a diversidade das abordagens e que apenas 15 artigos (42,85%) tinham o foco em economia comportamental, este resultado também é consistente.

Gráfico 4: Concentração de artigos por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, as palavras-chave foram analisadas, sendo apresentadas na nuvem da Figura 1. Optou-se por deixá-las no idioma original para não perder o teor dos assuntos na tradução. As palavras mais utilizadas, na ordem de representatividade, são: *policy*, *behavior*, *public*, *economic*, *nudge*, *social*, *environmental*, *food* e *instrument*. Estes termos permitem antecipar as características principais desta amostra de artigos, mostrando o foco, como os assuntos se relacionam e os principais temas.

Figura 1: Nuvem das palavras-chave.



Fonte: Elaborado pelos autores, em www.tagul.com

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta revisão sistemática foi investigar a aderência da economia comportamental nos estudos dos instrumentos de política pública. Na busca das bases Scopus, Web of Science, EBSCO Host, ProQuest e Emerald, foram encontrados 147 artigos, e após filtros e leitura para interpretação, foram selecionados 35 trabalhos para análise.

Constatamos que os artigos possuíam 4 focos diferentes: política pública, economia comportamental, comportamento e mercado. Todos os 75 autores publicaram apenas 1 obra, com exceção de dois que publicaram 2. Estes autores eram afiliados a instituições de 14 países diferentes, com destaque para Estados Unidos e Reino Unido.

A publicações aconteceram entre 2010 e 2017, com exceção de um trabalho publicado em 2005. Associamos essa distribuição à publicação do livro “*Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*” de Thaler e Sunstein em 2008, que colocou o assunto em voga.

O artigo com maior repercussão teve 233 citações, porém 82,86% dos trabalhos tiveram menos de 50 citações. Nesta amostra, 69% são estudos teóricos, 48% eram da área ambiental e 43% citaram o *nudge*, porém 3 eram críticas a sua aplicação.

Esses dados comprovam a evolução da área comportamental na política pública. Com premissas que são atalhos para explicações universais, a teoria racional oriunda da Ciência Econômica é deficiente para retratar a complexidade e incerteza do ambiente de política pública (GRIGGS, 2007).

Contudo, verifica-se que ainda falta muito para a economia comportamental alcançar a abrangência que poderia. Esta abordagem não se resume ao *nudge* e a alguns campos de estudos, portanto, mesmo após anos da ascensão deste ramo da economia, ele ainda é subutilizado nos instrumentos de política pública.

Até o momento, ainda se tem um processo longe do estratégico cálculo de custo-benefício almejado pelas decisões de um ator instrumental. Essas teorias têm se mostrado inconclusivas e fazer política é cada vez menos uma solução de problemas e cada vez mais relacionada a persuasão, comunicação, defesa e definição de normas (GRIGGS, 2007).

É importante continuar investigando as lacunas que existem na aplicação da econômica comportamental na área de política pública, investigando também outras questões do processo de análise, a fim de incentivar os pesquisadores a estudarem mais sobre a área.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Márcio. O papel das ideias nos processos de construção de políticas públicas: abordagens sintéticas versus abordagens pós-empiricistas. **Seminário Internacional de Ciências Políticas, 1º**, Porto Alegre, 2015.

BHARGAVA, Saurabh. LOEWENSTEIN, George. Behavioral Economics and Public Policy 102: Beyond Nudging. **American Economic Review**, v. 105, n. 5, pp. 396-401, 2015.

BIRKLAND, Thomas A. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 3rd Edition. New York: Routledge, 2015.

BROOKS, Harvey. Introduction and overview. In: BROOKS, Harvey; COOPER, Chester L. **Science for public policy**. Oxford: Pergamon Press, 1987.

CROSON, Rachel. TREICH, Nicolas. Behavioral Environmental Economics: Promises and Challenges. **Environmental Resource Economics**, V. 58, pp. 335-351, 2014.

DAHL, Gordon B. Early teen marriage and future poverty. **Demography**, V. 47, n. 3, pp. 659-718. aug, 2010.

DEEMING, Christopher. Rethinking Social Policy and Society. **Social Policy & Society**, V. 15, n. 2, pp. 159-175, 2016.

ETZIONI, Amitai. **Beyond self-interest**. In: WEIMER, David L. (Ed.). **Policy analysis and economics**. New York: Springer, 1991.

EWERT, Benjamin. Promoting health in schools: theoretical reflections on the settings approach versus nudge tactics. **Social Theory & Health**, V. 15, n. 5, pp. 1-18, 2017.

FISCHER, Frank. Deliberative Policy analysis as practical reason: integrating empirical and normative arguments. In: FISCHER, Frank. MILLER, Gerald J. SIDNEY, Mara S. **Handbook of Public Policy analysis: theory, politics, and methods**. Boca Raton: CRC Press, 2007.

- GRIGGS, Steven. Rational Choice in Public Policy: the theory in critical perspective. In: FISCHER, Frank. MILLER, Gerald J. SIDNEY, Mara S. **Handbook of Public Policy analysis: theory, politics, and methods**. Boca Raton: CRC Press, 2007.
- HEUKELOM, Floris. **Behavioral economics: a history**. Cambridge University Press, 2014.
- JONES, Bryan D. Bounded Rationality. **Annual Review of Political Science**. Nov. 1998.
- LOEWENSTEIN, George. CHATER, Nick. Putting nudges in perspective. **Behavioral Public Policy**, V. 1, n. 2, pp. 26-53, 2017.
- MACCANN, Laura. Transactional costs and environmental policy design. **Ecological Economics**, v. 88, pp. 253-262, 2013.
- MOHRER, et al. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**. Brasília, V.24, n. 2, abr-jun. 2015.
- REISCH, Lucia, EBERLE, Ulrike. LOREK, Sylvia. Sustainable food consumption: an overview of contemporary issues and policies. **Sustainability: Science, Practice, & Policy**, Vol. 9, n.2. pp. 7-25, 2013.
- SAMSON, Alain. Introdução à economia comportamental e experimental. In AVILA, Flávia. BIANCHI, Ana M. (Orgs.)(2015). **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo. EconomiaComportamental.org. Disponível em: www.economiacomportamental.org.
- CODAGNONE, Cristiano. BOGLIACINO, Francesco. VELTRI, Giuseppe A. LUPIAÑEZ-VILLANUEVA, Francisco. GASKELL, George. Nudging in the world of international policymaking. In SAMSON, Alain. **The Behavioral Economics Guide 2014** (with a foreword by George Loewenstein and Rory Sutherland) (1st ed.) Disponível em: www.behavioraleconomics.com, 2014.
- SIMON, Herbert. A. Rationality in political behavior. **Political Psychology**, V. 16, n. 1 (Special Issue: Political Economy and Political Psychology), pp. 45-61, Mar. 1995.
- STONE, Deborah. **Policy paradox: the art of political decision making**. 3rd Edition. New York: W. W. Norton & Company, 2012.
- THAMPAPILLAI, Dodo J. OHLMER, Bo. TIONG LIN, Boon. Towards a conceptual framework in unitary economics: an extension of a proposition after John O'Brien. **International Journal of Social Economics**, V. 32, n. 10, pp. 868-876, 2005.
- THALER, Richard. SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness**. 2. Edition. New Haven: Yale University Press, 2009.
- WEIMER, David L. Introduction. In: _____ (Ed.). **Cost-benefit analysis and public policy**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2008.